

EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E O LETRAMENTO DIGITAL DE PESSOAS IDOSAS: entre elos e contradições

*André Luís Nunes dos Santos
Aline Maria Batista Machado*

Resumo

Este estudo tem como foco temático a ligação entre as perspectivas da educação popular e da educação ao longo da vida com a prática social de pessoas idosas, voltando-se para os debates acerca dos elos e das contradições encontradas nesta relação. O objetivo geral da pesquisa foi discutir estas conexões sob um prisma amplo, elucidando algumas questões que perpassam estas temáticas, as quais vão desde a adequação mercadológica na fabricação de novas tecnologias para o público idoso ao processo de construção da autonomia propiciado pelas funcionalidades dos aparelhos tecnológicos. Concernente aos aspectos teórico-metodológicos da investigação, o artigo possui abordagem qualitativa, objetivos exploratórios e se caracteriza por ser bibliográfico, resultado, portanto, de uma dissertação de mestrado. A partir das análises, observou-se que o letramento digital, aliado as perspectivas da educação popular e da educação ao longo da vida, pode contribuir positivamente para as vivências sociais das pessoas idosas nas mais variadas esferas da sociedade.

Palavras-chave: educação ao longo da vida; educação popular; letramento digital; pessoas idosas; velhice.

POPULAR EDUCATION, LIFELONG EDUCACION AND THE DIGITAL LITERACY OF OLDER PEOPLE: between links and contradictions

Abstract

The thematic focus of this study is the link between the perspectives of popular education and lifelong education and the social practice of digital literacy for the elderly, focussing on debates about the links and contradictions found in this relationship. The general aim of the research was to discuss these links from a broad perspective, elucidating some of the issues that permeate these themes, which range from market adequacy in the manufacture of new technologies for the elderly to the process of building autonomy provided by the functionalities of technological devices. Regarding the theoretical-methodological aspects of the research, the article has a qualitative approach, exploratory objectives and is characterised by being bibliographical, thus resulting from a master's thesis. Based on the analyses, it was observed that digital literacy, combined with the perspectives of popular education and lifelong education, can contribute positively to the social experiences of elderly people in the most varied spheres of society.

Keywords: lifelong education; popular education; digital literacy; older people; old age.

EDUCACIÓN POPULAR, EDUCACIÓN AL LARGO DE LA VIDA Y ALFABETIZACIÓN DIGITAL DE LAS PERSONAS MAYORES: entre vínculos y contradicciones

Resumen

Este estudio tiene como eje temático la conexión entre las perspectivas de educación popular y educación al largo de la vida con la práctica social de la alfabetización digital para personas mayores, recurriendo a debates sobre los vínculos y contradicciones encontradas en esta relación. El objetivo general de la investigación fue discutir estas conexiones desde una perspectiva amplia, dilucidando algunas cuestiones que permean estos temas, que van desde la adecuación del marketing en la fabricación de nuevas tecnologías para el público mayor hasta el proceso de construcción de la autonomía proporcionada por las funcionalidades de dispositivos tecnológicos. En cuanto a los aspectos teórico-metodológicos de la investigación, el artículo tiene un enfoque cualitativo, objetivos exploratorios y se caracteriza por ser bibliográfico, por lo tanto resultado de una tesis de maestría. De los análisis se observó que la alfabetización digital, combinada con las perspectivas de educación popular y educación al largo de la vida, puede contribuir positivamente a las experiencias sociales de las personas mayores en las más variadas esferas de la sociedad.

Palabras clave: educación al largo de la vida; educación popular; alfabetización digital; personas mayores; vejez.

INTRODUÇÃO

A relação entre educação popular, educação ao longo da vida e o letramento digital (LD) de pessoas idosas é atravessada por diversas convergências que se integram e suscitam novas formas de pensar a sociedade, englobando, de modo geral, seus avanços, mudanças e descobertas. Pensar nesse elo requer um posicionamento crítico e reflexivo acerca das especificidades locais, situacionais, culturais, econômicas e geracionais que perpassam essa ligação e suas adjacências. Dialeticamente, atentar-se para as contradições presentes nesta simetria, tem sido crucial para o desenvolvimento do diálogo entre as partes e o desencadeamento de sua potencial força modificadora, estabelecida, portanto, quando são unificadas e postas em prática.

A interseccionalidade conceitual, emergida a partir da educação ao longo da vida e da educação popular, permite-nos ampliar o debate acerca da usabilidade efetiva das tecnologias modernas no cotidiano das pessoas idosas. A educação pensada para ser desenvolvida ao longo de toda a vida nutre a ideia de uma velhice ativa, independente e senescente. Já o modelo educativo pautado na perspectiva da educação popular, além de corroborar os ideais anteriores, traz, intrinsecamente, em suas práticas, categorias que empoderam o(a) idoso(a) enquanto sujeito social, possuidor(a) de direitos, deveres e habilidades, bem como detentor(a) de uma criticidade capaz de modificar, mesmo que de forma sutil e paulatina, a realidade na qual esteja inserido(a), apoiando-se, sobretudo, em ferramentas que propiciam uma possível amenização das injustiças e desigualdades socioeconômicas.

O letramento digital – capacidade do uso efetivo da leitura e escrita em esferas virtuais ou híbridas –, consolidou-se, gradativamente, como competência necessária para o desenvolvimento de práticas sociais não apenas das pessoas idosas, mas de todos(as) os indivíduos que vivem em sociedade. Entretanto, tornou-se, também, essencial a tomada de consciência acerca das contradições presentes na esfera tecnológica, haja vista a desenfreada expansão dos instrumentos digitais sob o viés mercadológico do capitalismo, o qual enxerga, na proliferação das novas tecnologias, uma potente arma de dominação e controle social que tem aumentado o abismo

econômico entre a sociedade, tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Deste modo, compreendemos que na mesma proporção que o sistema capitalista produz riqueza, ele também produz pobreza, principalmente, no mundo, cada dia mais, globalizado.

Sendo assim, tem-se como objetivo geral deste estudo discutir a relação entre a educação popular, a educação ao longo da vida e o letramento digital de pessoas idosas, elucidando os elos e as contradições presentes neste campo, além disto, buscou-se evidenciar a relevância dos estudos acerca da velhice e suas singularidades na sociedade contemporânea. Logo, no que tange aos aspectos teórico-metodológicos esta pesquisa possui abordagem qualitativa, haja vista a importância do exercício analítico dos significados que cercam e perpassam o fenômeno, também tem objetivos exploratórios, tendo em vista a busca por uma melhor aproximação com o objeto estudado, caracteriza-se, ainda, por ser de cunho bibliográfico, pois seus debates são direcionados a partir de outros estudos e teorias. Convém salientar, além disso, que este artigo foi fruto da dissertação de mestrado realizada em um Programa de Pós-graduação em Educação.

EDUCAÇÃO POPULAR: HISTORICIDADE, CATEGORIAS E SUBSÍDIOS PARA O DEBATE

No Brasil, as primeiras discussões acerca do movimento de educação popular surgem em meados da década de 1940 (Colesel, Lima, 2010). A gênese deste movimento ocorre devido ao contexto social marcado pela expansão aligeirada das grandes indústrias e do nacionalismo, o que ocasionou no crescimento da industrialização e, também, dos centros urbanos, isto tudo, ainda, aliado à conturbada conjuntura política e econômica da época, marcada por sua imersão no projeto nacional-desenvolvimentismo. Conforme Gonçalves (2011, p. 1), “[...] o Nacional-desenvolvimentismo (ND) pode ser conceituado, de forma simplificada, como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo”. Estes ideários reverberaram em diversas esferas no Brasil.

Adiante, acerca dos movimentos da educação popular, nos anos de 1950, a esquerda brasileira dá abertura as articulações, passando a agregar movimentos populares dos bairros, professores(as) de instituições públicas e líderes políticos regionais progressistas, objetivando adentrar na luta por uma educação pública, de qualidade, gratuita e para todos(as). Em consonância com Colesel e Lima (2010, p. 2), é a partir de 1960 que a educação popular, enquanto movimento coletivo de resistência e reivindicação, vem propor junto às classes populares:

[...] um trabalho de conscientização e politização desenvolvendo Campanhas de Alfabetização de Jovens e Adultos e expandindo as escolas primárias. Surgem também os Movimentos de Cultura Popular, apoiados ideologicamente pelo ISEB, que se inserem nos bairros urbanos, praças públicas, nas Universidades, sindicatos, enfim, em toda a massa popular utilizando-se da arte, literatura, teatro, cinema e vários outros instrumentos de mobilização.

São emergidas, neste contexto, as relevantes contribuições de Paulo Freire (1921-1997), estudioso que sistematizou as experiências de educação popular, campo em que ficou conhecido como um dos principais nomes da área. Suas vivências, enquanto professor alfabetizador de jovens, adultos(as) e idosos(as) trabalhadores(as), serviram-lhe como base para a construção de suas teorias e métodos de ensino e aprendizagem. Sempre preocupado com o desenvolvimento da consciência crítica das massas populares e, especialmente, dos oprimidos, Freire (2019, p. 80)

rechaçava práticas educativas bancárias e tecnicistas, haja vista que “[...] desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante”.

Freire (2019) preconizava uma educação libertadora e problematizadora, aquela que possuísse a capacidade de estimular nos sujeitos o pensamento crítico e a percepção das injustiças e desigualdades sociais presentes em seus arredores, para que, deste modo, eles pudessem se tornar propulsores de suas próprias mudanças. Fazia-se necessário, então, o desenvolvimento de práticas educativas que superassem a visão bancária de educação e estimulassem o diálogo como elemento principal do fazer sociopedagógico. “Para manter a contradição, a concepção ‘bancária’ nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidialógica; para realizar a superação, a educação problematizadora – situação gnosiológica – afirma a dialogicidade e se faz dialógica” (Freire, 2019, p. 95).

Transformar o mundo por intermédio de pessoas atravessadas pelos processos educativos emancipadores era uma das utopias mais reais que o pernambucano pregava. Nas palavras de seu amigo, Gadotti (2007, p. 22) lembra que “Paulo era muito otimista, acreditava nas pessoas e as estimulava, com suas palavras, ao engajamento e à luta por um outro mundo possível. Repetia, muitas vezes, que o mundo é possibilidade, não é fatalidade”. Sendo assim, imersa nesta perspectiva, a educação popular ganhava forma, suas práticas passaram a ser sinônimos de luta e resistência a favor dos oprimidos, as quais batalhavam pelo direito educacional das populações marginalizadas e propagavam o ideário da educação libertadora freiriana, uma vez que, segundo Gohn (2013), Paulo Freire é a síntese deste paradigma.

Os postulados freireanos tiveram um papel fundamental na atividade educativa gerada pelas atividades político-organizativas nos anos 70 e parte dos anos 80. Foi um período em que, na América Latina em geral, e no Brasil em particular, a EP se tornou sinônimo de movimento social popular, pois a principal estratégia educativa utilizada, a conscientização, situava em uma mesma linha de objetivos a prática política e os processos de aprendizagem. E essas duas ações se articulavam em um plano de ação política. Nos anos 70, este plano teve um espaço privilegiado para seu desenvolvimento, a saber: as ações das comunidades eclesiais de base cristãs. [...] A EP era vista como parte integrante do processo organizativo das classes e camadas populares, desenvolvida pela Igreja, clero, facções políticas novas (que deram origem ao PT – Partido dos Trabalhadores), e não somente uma tarefa dos partidos e sindicatos (Gohn, 2013, p. 35-36).

Corroborando a ligação direta entre Freire e a educação popular, Fávero (2013, p. 53) ressalta que “[...] deve-se lembrar, em primeiro lugar, a significativa presença das ideias e do modo de agir de Paulo Freire nos movimentos de educação popular que tiveram grande expressão no início dos anos 1960”. Estas ideias se direcionaram, principalmente, pelo desenvolvimento do sistema de alfabetização, idealizado na tentativa de superar as práticas pedagógicas alfabetizadoras tradicionais e pela expansão das práticas formativas realizadas dentro dos sindicatos urbanos e rurais, assim como em meio às ações de luta das Ligas Camponesas, as quais estavam em fase de formação na época de tais acontecimentos. Puderam contar com iniciativas da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR) e de Centros Populares de Cultura (CPC’s).

De modo geral, a fim de conseguir uma nítida conceitualização, destaca-se que a educação popular “[...] ha sido sobre todo un dispositivo pedagógico en el sentido de desarrollar acciones cognitivas y con carácter político-educativo, teniendo como foco los sectores menos favorecidos

de la sociedad” (Leite, 2020, p. 7). Todavía, ainda conforme o autor (Leite, 2020), tem proliferado nas discussões acerca da EP um discurso sobre exclusão restrito a fatores econômicos, porém é válido salientar que tais processos excludentes vão além das esferas econômicas e de poder, principalmente no século XXI. Diversos motivos estão atrelados às ações de exclusão presentes na atual sociedade capitalista, a qual produz pobreza e desigualdade com a mesma intensidade que produz riqueza. Ressaltando um contexto latino-americano, Jara (2020, p. 4) diz que:

Una expresión de lo señalado anteriormente, es que vivimos hoy en América Latina una desigualdad creciente en términos de condiciones económicas, sociales, políticas y culturales, lo cual refleja un claro retroceso en cuando a la calidad democrática. Cuando hablamos de democracia tenemos que pensar en democracia económica, en democracia social, en democracia cultural y esos niveles de desigualdad y exclusión que vivimos expresan cada vez más relaciones antidemocráticas, autoritarias, discriminatorias y excluyentes.

Para Jara (2020), quando falamos de educação popular estamos debatendo algo que sempre deve ser compreendido de acordo com seus espaços sociais e contextos históricos em que suas práticas são desenvolvidas. Por esta razão, não podemos discutir educação popular como um processo único, homogêneo ou uniforme, haja vista que é necessário, quando nos referimos a esta temática, mencioná-la como *processos de educação popular*, de forma pluralizada, assemelhando-se ao seu público plural, diverso, multicultural e com particularidades específicas. Estes processos de EP na América Latina estão sempre vinculados aos exercícios de organização, participação e construção de uma sólida democracia.

Na perspectiva de Pini (2012), a EP sob o conceito de práxis social é entendida como uma educação não institucionalizada, a qual ocorre dentro, com e pelos grupos populares, determinada, pois, por sua aproximação com a realidade apresentada e sua compreensão histórica dos sujeitos. Existe, também, uma parcela dos(as) educadores(as) imersos na concepção crítica da educação popular que tem salientado a possibilidade de financiamento das práticas educativas populares pelo Estado, alegando que o Governo tem por obrigação fornecer educação digna, gratuita e de qualidade para todos(as), tendo em vista ser um direito garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que em seu artigo 205 expressa esta garantia.

Dentro do campo teórico, metodológico, empírico e filosófico da educação popular também vai haver o desenvolvimento de algumas categorias conceituais que ganham notoriedade no cerne dos movimentos sociais e subsidiam os debates acadêmicos até os dias atuais. A categoria Autonomia, por exemplo, elucidada, principalmente, por Freire (2018), diz respeito ao processo gradativo e contínuo de percepção das potencialidades de si e do outro, antes minimizadas pelos sujeitos sociais. Ter autonomia é, sobretudo, ter discernimento do estado em que o indivíduo se encontra e, a partir de então, suscitar uma tomada de consciência crítica acerca do mundo e das relações a sua volta, pois “[...] é com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o ‘espaço’ antes ‘habitado’ por sua dependência” (Freire, 2018, p. 91).

Sabe-se que esta categoria muito diz sobre a constante busca pela independência humana, não somente em seu aspecto econômico, pois essa questão depende de outros fatores socioculturais, mas, sobretudo, uma independência de pensamentos, de posicionamentos e de prismas. A *emancipação* humana está, intrinsecamente, relacionada com a autonomia do sujeito. Paludo (2015, p. 220) evidencia o elo entre a educação popular e a categoria *emancipação*:

A concepção de Educação Popular (EP) como campo de conhecimento e como prática educativa se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário

vigente, assim como de contra-hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida. Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital.

No que tange à educação popular, enquanto campo de investigação científica, tem-se percebido, nos últimos anos, a expansão de seus objetos de estudo e sua aproximação com debates multiculturalistas. Questões referentes às pessoas idosas, indígenas, quilombolas, ciganas e entre outras comunidades excluídas ganharam destaque nos espaços acadêmicos e, conseqüentemente, nas pesquisas em educação popular, suscitando novos debates e evidenciando a necessidade de desenvolver, cada vez mais, um paradigma educativo que preze não apenas pela tomada de consciência dos sujeitos oprimidos social e culturalmente, mas, sobretudo, que estimule o desenvolvimento da criticidade e dos processos de emancipação humana.

O LETRAMENTO DIGITAL COMO PRÁTICA SOCIAL NO COTIDIANO DAS PESSOAS IDOSAS: CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA E DA EDUCAÇÃO POPULAR PARA A AUTONOMIA E O COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Para que se possa compreender o que vem a ser letramento digital, torna-se essencial, antes de tudo, a conceitualização do termo *letramento* e, anterior a isto, a definição de *alfabetização*. Partindo de uma perspectiva histórica acerca da alfabetização escolar no Brasil, percebe-se um trajeto de constantes modificações conceituais, concepcionais e metodológicas. Na atualidade, estas mudanças também têm se apresentado em diversos momentos e em variados contextos, principalmente, depois da ascensão das novas tecnologias digitais na educação e do fortalecimento do modelo educativo híbrido, suscitado no período temporal pós-pandêmico. Os processos de alfabetização, portanto, sejam de crianças, jovens, adultos(as) ou idosos(as), estão demonstrando inúmeras problemáticas, as quais têm dificultado as práticas alfabetizadoras.

No intuito de melhor esclarecer o conceito, Soares (2004, p. 97) nos evidencia que a alfabetização é “[...] entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita”, isto é, o desenvolvimento dos mecanismos de codificação e decodificação. Porém, ao longo do tempo, novos sentidos estavam sendo atribuídos à alfabetização, considerando que alfabetizar ultrapassava a ação de ensinar a ler e escrever, perpassando, pois, pela interpretação e utilização do sistema alfabético nas atividades cotidianas. Logo, outro conceito precisava ser criado para nomear estas ações, haja vista que o termo *alfabetização* não poderia ser estendido a tal modo. Surge, então, a terminologia *letramento*, a qual vai nominar as práticas que extrapolam o ato alfabetizador, mas que, até os dias atuais, ainda é confundida ou empregada como sinônimo de alfabetização.

Soares (2004, p. 97), ainda explica que “[...] provavelmente devido ao fato de o conceito de letramento ter sua origem em uma ampliação do conceito de alfabetização, esses dois processos têm sido frequentemente confundidos e até mesmo fundidos”. Acredita-se que essa confusão terminológica se dê por causa do significado de *letramento* ter tido sua gênese a partir do conceito de *alfabetização*. Dessa maneira, a interpretação de letramento pode ser compreendida como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades no que tange à utilização competente e significativa da leitura e da escrita nas práticas sociais do dia a dia (Soares, 2004). Ademais,

tornou-se basilar manifestar que, mesmo sendo considerados como processos distintos, a alfabetização e o letramento, na atualidade, são indissociáveis e interdependem um do outro. O ato alfabetizador só irá adquirir aceção quando for desenvolvido na esfera das atividades socioculturais de escrita e leitura, quer dizer, em um âmbito de múltiplos letramentos, em que este, por sua vez, só poderá se desenvolver por intermédio da aprendizagem do sistema alfabético (de)codificador.

Existem diversos letramentos presentes nas práticas cotidianas da sociedade. Para Rojo (2010, p. 26), “[...] práticas de letramento ou letradas são, pois, um conceito que parte de uma visada socioantropológica. Tem-se de reconhecer que são variáveis em diferentes comunidades e culturas”. É válido considerar que na mesma proporção em que os contextos são variados, as práticas e os eventos de letramentos que neles circulam também são. Assim sendo, passa-se a pluralizar o conceito de letramento, trocando a expressão *letramento* por *letramentos*, ao considerá-los múltiplos, sendo chamados, também, de multiletramentos. De acordo com Rojo (2010), em menção ao Grupo de Nova Londres, o prefixo *multi* pode ser direcionado para duas ópticas: “[...] a multiplicidade de linguagens e mídias nos textos contemporâneos e a multiculturalidade e diversidade cultural”.

É extrapolando as práticas dos letramentos escolares que vão emergindo novas formas de letramentos, conforme as necessidades da sociedade tecnológica e multicultural. Modelos de letramentos raciais, letramentos literários, letramentos midiáticos, letramentos geracionais ou, até mesmo, letramentos digitais têm ganhado espaço nas esferas socioculturais da humanidade e aumentado a procura por outras práticas letradas, recorrendo-as quase sempre como mecanismos de atualização de contínuas e, por virem, demandas do corpo social. Os diversos letramentos se tornaram necessidades urgentes para o pleno convívio na sociedade globalizada e interconectada, a qual tem demandado, continuamente, o domínio de novas habilidades e competências.

O letramento digital, portanto, surge no centro destas necessidades. Em conformidade com Buzato (2006, p. 16), entende-se por letramento digital as práticas sociais conscientes que além de se apoiarem entre si, também se “[...] entrelaçam e apropriam mútua e continuamente por meio de dispositivos digitais para finalidades específicas, tanto em contextos socioculturais geograficamente e temporalmente limitados, quanto naqueles construídos pela interação mediada eletronicamente”. Isto é, o LD diz respeito às práticas letradas que envolvem o uso das tecnologias digitais nas ações cotidianas, sejam essas atividades desenvolvidas em circunstâncias pessoais, profissionais, acadêmicas ou lazeres habituais.

Freitas (2010, p. 339), sob uma visão mais ampla, descreve sua compreensão de letramento digital, apreendendo-o como “[...] o conjunto de competências necessárias para que um indivíduo entenda e use a informação de maneira crítica e estratégica, em formatos múltiplos, vinda de variadas fontes e apresentada por meio do computador-internet”, capacitando o sujeito a alcançar seus objetivos, os quais, muitas vezes, são compartilhados coletivamente no meio social e cultural. Para a autora, o LD vai além do uso mecânico dos aparelhos digitais nas atividades cotidianas, ele perpassa a categoria da conscientização e da criticidade, ao considerar que estes elementos são essenciais para os usuários que utilizam as tecnologias em suas práticas letradas.

Na perspectiva de Moreira (2012, p. 3), o letramento digital “[...] na realidade, consiste em saber utilizar esses recursos [tecnológicos] para aplicá-los no cotidiano, em benefício do próprio usuário”. Ou seja, vai mais adiante do que a simples utilização passiva e massiva das tecnologias modernas, o letramento digital, pois, necessita da apropriação destes aparatos pelo sujeito, apoderando-se, de modo crítico e consciente, de suas funcionalidades, seja para uso pessoal

individual ou para uso coletivo em prol de uma determinada comunidade, haja vista que “[...] a pessoa letrada digitalmente é capaz de usar e entender informações vindas de vários suportes digitais, ou seja, o letrado digital tem habilidade de usar essa nova tecnologia a fim de proporcionar uma melhoria em sua qualidade de vida” (Moreira, 2012, p. 4).

Concernente às pessoas idosas serem letradas digitalmente, esta habilidade tem se mostrado, cotidianamente, inescusável, pois propicia ações inclusivas e ameniza os efeitos causados nos(as) idosos(as) por serem excluídos(as) das rotinas e vivências sociais. Corroborando Joaquim, Oliveira e Pesce (2021, p. 83), “[...] a inclusão e o letramento digital do idoso podem ser importante estratégia de mitigar, ao menos em parte, a perversidade que oprime e exclui os que envelhecem”. Sabe-se que as pessoas idosas sofrem diversos tipos de exclusões e estas adversidades não se restringem apenas à esfera tecnológica, visto que, ao desdobrar dos tempos, tornou-se possível perceber os inúmeros episódios de marginalização da velhice e de aversão as suas particularidades.

A exclusão social e digital do idoso insere-se em um contexto marcado por um processo histórico colonial de segregação de grupos sociais. São os idosos da classe trabalhadora, idosos negros, idosos indígenas, idosos migrantes e imigrantes e mulheres idosas que mais sofrem com a exclusão, por fazerem parte de uma sociedade que, além de ser centrada na produtividade do mais jovem no mercado de trabalho, também deslegitima os discursos e papéis sociais de suas minorias (Joaquim, Oliveira, Pesce, 2021, p. 82-83).

Dessa forma, convém destacar a relevância do letramento digital para este público, a fim de que se evite a exclusão social, educativa e informacional das pessoas idosas, esta última, denominada de info-exclusão. Em elucidação, “[...] nesse contexto, a info-exclusão é uma forma de desigualdade social, quando impede o acesso das pessoas idosas a um conjunto de benefícios socioeconômicos [...]” (Neves, 2018, p. 9). Ser info-excluído(a) diz respeito às pessoas que não usufruem de acesso à internet; às que não possuem aparelhos tecnológicos; às que não dominam os recursos digitais; às que têm acesso limitado ou às que não são letradas digitalmente. Este tipo de impasse tem impacto direto na qualidade de vida e nos processos de sociabilidades dos sujeitos idosos(as).

Entretanto, ter acesso total às informações não garante uma inclusão digital plena ou um processo de aquisição significativo do conhecimento, haja vista que temos nos esbarrados em duas grandes problemáticas: a primeira é a transformação das informações em conhecimentos, tendo em vista que isto tem se revelado um grande desafio para a sociedade informacional; a segunda é o combate à desinformação, principalmente, pela proporção que as informações/notícias falsas podem tomar quando difundidas por vias midiáticas. É do entendimento de uma grande parcela da população que os indivíduos mais afetados com tais desserviços são os(as) idosos(as). Por isso, a urgência do debate acerca do letramento digital enquanto elemento basilar na conversão da informação em conhecimento válido e no enfrentamento à desinformação, alicerçado, sobretudo, em uma perspectiva crítica de educação, para que, então, sejam afloradas nas pessoas idosas princípios de autonomia.

A partir de então, começa-se a pensar na educação ao longo da vida, em diálogo com a educação popular, enquanto ferramentas essenciais para desenvolvimento autônomo da pessoa idosa, estimulando a criticidade destas e as preparando para os confrontos contra as *fakenews*. O letramento digital, sob essas perspectivas educativas, pode propor uma visão mais ampla acerca dos acontecimentos mundanos e uma maior perspicácia na verificação da autenticidade das notícias que circulam nos espaços virtuais e pessoais do cotidiano. Isto interfere, diretamente, na

construção da autonomia dos(as) idosos(as), tendo em vista a possibilidade de propiciar um panorâmico fluxo de navegação no *ciberspaço* e um eficiente domínio das plataformas e aplicativos digitais utilizados nas ações do dia a dia.

Segundo Joaquim e Pesce (2017, p. 192), “[...] toda ação para inclusão digital, cujo objetivo seja inserir os sujeitos na cibercultura a fim de emancipá-los e de desequilibrar as relações de poder na sociedade, deve ser pensado como um movimento de classe, um movimento libertador”. Fazer com que as pessoas idosas, grupo subalternizado historicamente, tornem-se letrados digitalmente é, antes de tudo, um ato de luta e resistência, em que, embasados na educação popular, pode-se chegar a uma forma de organização social coletiva, inclusiva e não etarista, visto que a educação popular, ultimamente, também tem se direcionado para:

Um aspecto inerente da Educação Popular no século XXI é o uso das TIC no contexto educacional. Torna-se necessário refletir sobre essa temática quando o assunto é a inclusão digital, tendo em vista o impacto provocado pelo seu uso na configuração da sociedade atual. No presente momento, os celulares já são populares a ponto de que quase todos têm acesso a um aparelho [...] (Franzen, Silva, 2020, p. 6).

A educação na perspectiva ao longo da vida corrobora a concepção supracitada, ao considerar que “[...] especialmente quando compreendido na perspectiva humanista e crítica da educação ao longo da vida, a inclusão e o letramento digital são potencialmente capazes de contribuir para a construção de uma sociedade democrática” (Joaquim, Oliveira, Pesce, 2021, p. 70). Tratando-se de democracia, compreende-se que para alcançarmos uma sociedade em que seus cidadãos e cidadãs vivam democraticamente, precisa-se ofertar igualdade de oportunidades e condições de acesso para todos(as), sem quaisquer tipos de restrições ligadas aos aspectos sociais, culturais, regionais, econômicos, étnicos, religiosos, etários, de escolaridade ou de gênero.

Esquematizar alternativas para o combate à desinformação, principalmente, direcionadas ao público idoso, deve ser uma tarefa de responsabilidade estatal, bem como da sociedade civil, pois a propagação de notícias falsas impacta não apenas as pessoas vetustas, mas todos os sujeitos que estão imersos e vivenciando a era informacional. A educação ao longo da vida juntamente com a educação popular são paradigmas educacionais que poderão subsidiar estas práticas de enfrentamento às *fakenews*, haja vista serem perspectivas educativas teórico-práticas que estimulam a criticidade dos sujeitos e possibilitam a construção ativa da autonomia de diversos grupos marginalizados, como é o caso das pessoas idosas, população principal deste estudo.

AS ADEQUAÇÕES MERCADOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA OS(AS) IDOSOS(AS) E AS CONTRADIÇÕES NO SISTEMA CAPITALISTA

Ao esvaír dos tempos, principalmente, devido à revolução industrial, inúmeras foram as modificações sofridas pelas instalações fabris e pelos meios de produção, de modo geral. A partir da segunda metade do século XVIII, inicia-se, na Inglaterra, o período de constantes transformações industriais e tecnológicas, espalhando-se pelo mundo e expandindo o desenvolvimento das indústrias, o que cooperou para a formação do sistema capitalista. A construção da máquina a vapor foi considerada o ponto de partida da revolução. Neste contexto histórico, também surgem as organizações sindicais, que reivindicavam soluções para os baixos salários, as jornadas exaustivas de trabalho e as recorrentes explorações contra o proletário.

As grandes e pequenas fábricas tiveram que se adequar as diferentes demandas advindas de uma sociedade, crescentemente, tecnológica e, cada vez mais, consumista. Logo, tornou-se

necessário a superação da manufatura pela maquinofatura, pois a produção fabril da época era manufatureira, isto é, o processo produtivo ocorria manualmente e o(a) trabalhador(a) efetuava suas obrigações através de suas habilidades artesanais. Com a chegada das máquinas e a progressiva demanda do mercado, ficou nítido que a técnica manual não era suficiente para suprir as exigências do novo corpo social. Por isso, a produção passou a ter o suporte da maquinofatura, caracterizada pelo auxílio das máquinas nos trabalhos em que antes eram realizados, única e exclusivamente, pelos humanos possuidores de capacidades artístico-manuais.

Tais avanços desencadearam incontáveis mudanças nas formas organizacionais, políticas, econômicas e, até mesmo, culturais da sociedade. A globalização, causada por esta e outras revoluções, interconectou distintas nações e foi intensificada pós Terceira Revolução Industrial. Este fenômeno diz respeito, sobretudo, a integração das esferas mundiais devido aos progressos nas áreas da comunicação e do transporte. A sociedade globalizada contribui para o capitalismo financeiro, ao promover irreversíveis alterações na economia internacional e na organização laboral. Vale destacar que os processos globalizantes não se proliferaram homoganeamente pelos territórios, pondo à margem uma significativa parcela da população e se mostrando perversa para aqueles(as) que não possuem poder aquisitivo, isto é, o capital.

Conforme Portilho e Sousa (2014, p. 2), “[...] as inovações tecnológicas havidas no século XVIII e XIX beneficiaram o sistema capitalista, que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento da tecnologia como consequência de investimentos realizados”. O capitalismo, enquanto sistema socioeconômico vigente, apresenta-se, permanentemente, perverso, tal qual a globalização. Impulsionado pela expansão das tecnologias, este sistema se perpetua até os dias atuais e alimenta os devaneios dos neoliberais, os quais, fielmente, pregam os ideários e as utopias capitalistas. A revolução industrial, a tecnológica e o capitalismo estão, intrinsecamente, relacionados como nos evidenciam Cavalcante e Silva (2011, p. 1):

É pertinente enfatizar que a Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no século XVIII foi o grande precursor do capitalismo, ou seja, a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial. É fascinante, como a revolução industrial mudou a vida das pessoas daquela época e como até hoje seus reflexos continuam transformando o nosso dia a dia com a revolução tecnológica. A quem diz que a Revolução industrial foi Revolução tecnológica da época.

Esta revolução tecnológica também tem feito com que o mercado produtor de tecnologias se adéque as novas demandas emergidas na atual sociedade. A particularidade das pessoas idosas, em exemplo, vem movimentando este ambiente e fazendo com que as grandes empresas tecnológicas fabriquem aparelhos e desenvolvam ferramentas, as quais possibilitem a inserção dos(as) idosos(as) no ciberespaço. No entanto, convém destacar que estes mercados não estão preocupados com a inclusão deste público marginalizado em si, seus objetivos, pois, são sempre direcionados à acumulação do capital, haja vista que o sistema capitalista sempre impulsiona o consumo desenfreado das mercadorias não duráveis, feitas para serem substituídas de modo recorrente, embora, nas últimas décadas, isto tenha avançado ininterruptamente.

Na atualidade, pode-se ver diversos recursos tecnológicos sendo idealizados para atenderem algumas específicas necessidades dos(as) consumidores(as) idosos(as). Os celulares têm sido um dos aparelhos com mais adequações relativas à usabilidade destas pessoas. O ObaSmart 3, por exemplo, é um celular com diversas adaptações, as quais visam uma fluida navegação pela população idosa. Sua responsável é a empresa nacional Obabox, fundada em Belo

Horizonte, Minas Gerais, em 2004 e que, em consonância com o *site* CanalTech¹ (2023), está inserida no setor de varejo *online*, ou seja, o *e-commerce*, ganhando notoriedade com a venda de tecnologias de fabricação própria, enfocadas na acessibilidade e *inclusão* da terceira idade.

Suas funcionalidades são apresentadas por meio de iconografias, trazendo uma leitura intersemiótica por meio dos símbolos, das figuras, das imagens e dos sons presentes na tela do celular, os quais direcionam seus navegantes para funções específicas. Este formato de *layout* traz uma particularidade nestes tipos de *smartphones* que potencializa seu uso pelos sujeitos idosos, considerando que para utilizá-los o usuário não precisa ser obrigatoriamente alfabetizado e letrado digitalmente, pois é possível, a partir da assimilação iconográfica, reconhecer as ferramentas e manuseá-las de modo intuitivo. Todavia, não são todos os aparelhos que propiciam essa fluidez na navegação, o supramencionado celular é idealizado, exclusivamente, para essas finalidades.

Existe, ainda, perfis e canais nas redes sociais que auxiliam as pessoas idosas com dicas e tutoriais de como utilizar as ferramentas encontradas nos aparelhos celulares. O perfil do *Instagram*, @super.sobrinho², comandado por seu idealizador Diogo Lopes, ensina o público com mais de sessenta anos de idade a realizarem suas atividades virtuais em seus aparatos tecnológicos, sem, necessariamente, a ajuda de alguém. Além de sua conta na plataforma do *Instagram*, Diogo possui um canal no *YouTube*³, onde também posta vídeos ensinando aos idosos(as) como navegar com facilidade pelos seus celulares e resolverem suas pendências cotidianas, que, geralmente, só conseguiriam solucionar com o suporte de algum familiar.

Em ambos os perfis, o criador de conteúdo digital propicia aos idosos(as) uma aprendizagem significativa, mediando conhecimentos acerca do mundo tecnológico. Estas informações que, posteriormente, transformam-se em conhecimentos têm se mostrado de grande valia para o público idoso que deseja executar esses tipos de atividades de maneira individual, autônoma e independente. Ensinar a fazer tem mais significado do que fazer por eles(as), haja vista que estimula o empoderamento nestas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ao longo da vida, assim como a educação popular, quer seja prática social, política e educativa, quer seja espaço de produção do conhecimento popular e científico, auxiliamos a assimilar as exigências contemporâneas concernentes às novas demandas da esfera educacional. Até aqui, ambas as perspectivas têm nos possibilitado refletir acerca de mecanismos de amenização das desigualdades educacionais e, por consequência, sociais. Alternativas para a inserção de pessoas idosas dentro dos espaços físicos e virtuais da sociedade, tal como das instituições de ensino, são algumas das inúmeras preocupações dos(as) pesquisadores(as) imersos neste campo, haja vista a urgente demanda de inclusão deste público excluído e marginalizado. Em sua grande maioria, os(as) idosos(as) tiveram seus direitos negados e seus processos de sociabilidades negligenciados.

Portanto, ao compreender esta discussão de modo dialético, convém salientar que mesmo ainda que os avanços busquem integrar os(as) idosos(as) ao mundo tecnológico, contraditoriamente, também os(as) incluem na lógica do consumo exacerbado do capitalismo

¹ Disponível em <https://canaltech.com.br/empresa/obabox/>. Acesso em 22 dez. 2023.

² Disponível em <https://www.instagram.com/super.sobrinho?igsh=YzVkODRmOTdmMw>. Acesso em 25 dez. 2023.

³ Disponível em <https://www.youtube.com/@super.sobrinho> Acesso em 25 dez. 2023.

globalizado. Por este motivo, é preciso se voltar para a inclusão digital das pessoas idosas e seus respectivos letramentos, sem perder de vista os ganhos e os riscos desse processo, suas contradições como um todo e suas especificidades, o que “[...] significa reconhecer que somos condicionados, mas não determinados [...] que o futuro é problemático e não inexorável”. (Freire, 2014, p. 131), para que, assim, tenhamos consciência crítica e reflexiva sobre os processos e mudanças socioculturais. Logo, este artigo foi desenvolvido na tentativa de colaborar com o campo técnico e científico da velhice, ressaltando suas especificidades na era tecnológica e alinhando com as perspectivas da educação popular e da educação ao longo da vida, as quais enxergam as pessoas idosas como sujeitos potentes, influentes e de enorme significância para a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição Federal (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 3 maio 2024.
- BUZATO, Marcelo El Khouri. *Letramentos digitais e formação de professores*. São Paulo: Portal Educarede, 2006.
- CAVALCANTE, Zedequias Vieira; SILVA, Mauro Luís Siqueira. A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia. *Anais VII EPCC*, Maringá, 2011.
- COLESEL, Alessandra; LIMA, Michelle Fernandes. O movimento da educação popular nas décadas de 1950 e 1960. In: *Seminário de Pedagogia, 1., Anais Unicentro*, Irati, 2010.
- FÁVERO, Osmar. Paulo Freire, movimentos sociais e educação de jovens e adultos. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). *Educação popular: lugar de construção social coletiva*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 49-63.
- FRANZEN, Thor; SILVA, Rodrigo Sychocki. Educação popular e tecnologias digitais: uma experiência no ensino-aprendizagem de funções afins e quadráticas. *Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Rio Grande do Sul, v. 9, n. 1, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 57. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 1. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz & Terra, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 67. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- FREITAS, Maria Teresa. Letramento digital e formação de professores. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, 2010. p. 335-352.
- GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. *Revista Trimestral de Debate da FASE*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 113, jul.-set. 2007. p. 21-27.
- GOHN, Maria da Glória. Educação popular e movimentos sociais. In: STRECK, Danilo Romeu; ESTEBAN, Maria Teresa (org.). *Educação popular: lugar de construção social coletiva*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013. p. 33-48.
- GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*, Brasília, 2011.
- JARA, Oscar H. Desafios para la educación popular en América Latina hoy. *Interface*, Botucatu, 2020.

JOAQUIM, Bruno dos Santos; OLIVEIRA, Werley Carlos de; PESCE, Lucila. Inclusão e letramento digital do idoso na perspectiva da educação ao longo da vida. *Revista Conhecimento Online*, Novo Hamburgo, v. 1, 2021.

JOAQUIM, Bruno dos Santos; PESCE, Lucila. Inclusão digital, empoderamento e educação ao longo da vida: conceitos em disputa no campo da Educação de Jovens e Adultos. *Crítica Educativa*, Sorocaba, São Paulo, v. 3, n. 3, ago.-dez. 2017. p. 185-199.

LEITE, Ivonaldo. Desafios del siglo XXI para la educación popular: nuevos fundamentos para nuevas prácticas. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Sergipe, v. 13, n. 32, 2020. p. 1-20.

MOREIRA, Carla. Letramento digital: do conceito à prática. *Anais do SIELP*, Uberlândia, v. 2, n. 1, 2012.

NEVES, Bárbara Barbosa. Pessoas idosas e tecnologias de informação e comunicação: inclusão digital como forma de inclusão social. *RBCEH*, Passo Fundo, v. 15, n. 1, 2018. p. 8-20.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 35, n. 96, 2015. p. 219-238.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. *Revista do Congresso Internacional de Pedagogia Social*, São Paulo, 2012.

PORTILHO, Raphaela Magnino Rosa; SOUSA, Ricardo José Leite. A tecnologia, o capitalismo e as novas morfologias do trabalho em perspectiva. *Anais CONPEDI*, Florianópolis, 2014.

ROJO, Roxane. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: RANGEL, Egon de Oliveira; ROJO, Roxane Helena Rodrigues (org.). *Língua portuguesa: ensino fundamental*. Brasília: MEC, SEB, 2010.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. *Revista Pátio*, São Paulo, 2004.

Submetido em março de 2024

Aprovado em maio de 2024

Informações do(a) autor(a)

André Luís Nunes dos Santos
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: andreluisnunes2001@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1258-6754>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1192933635660561>

Aline Maria Batista Machado
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: prof.alinemachado23@yahoo.com.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1144-6011>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9491559581049560>